

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: política e caminhos possíveis

Rita de Cassia Quintela da Silva¹; Vitalina Silva²

1 Mestre em Educação de Jovens e Adultos, pelo MPEJA-UNEB, pesquisadora do GEPALE-BA, professora da Educação Básica e Coordenadora Pedagógica da EJA na Rede Municipal de Salvador, Brasil, pesquisadora do GEPALE-BA, ritinhaquintela@yahoo.com.br.

2 Mestranda em Educação de Jovens e Adultos, MPEJA-UNEB, pesquisadora do grupo Política e Gestão da Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Professora da Educação Básica na Rede Municipal de Camaçari, Bahia, Professora da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e atua como Formadora da SEC-BA na Rede de Assessoramento Técnico do Processo de Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação, vitalinakoques@gmail.com.

EIXO TEMÁTICO: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA
MODALIDADE: Comunicação científica

RESUMO

O mundo capitalista injusto e desigual, historicamente produz inúmeras transformações na sociedade, impactando na organização do trabalho e nos processos educacionais, dentre outros aspectos. Nesse contexto, o capitalismo dependente, possui diversos contrassensos, inclusive nos desdobramentos a garantia do direito à Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora ela esteja assegurada como modalidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96. Apesar disso, ainda presenciamos projetos fragmentados, não contemplando como política de estado. Assim, ressaltamos a necessidade de uma abordagem acerca da EJA, através da ação docente no processo de ensino e de aprendizagem, proporcionando um espaço para uma releitura sobre o papel social da escola, o currículo, a formação docente, tendo como referencial os pressupostos teóricos do educador Paulo Freire, além de tratar da recomposição da aprendizagem, principalmente, em razão do período da pandemia da Covid 19. O estudo se justifica pela pouca evidência sobre a efetividade da formação inicial e continuada dos professores da EJA, pois os sujeitos que compõem esta modalidade de ensino, são sujeitos de direitos com trajetórias de vidas marcadas por negações históricas, assim precisam de professores com formação específica e contextualizada com os saberes e experiências acumuladas fora da escola. As redes de ensino devem se organizar por meio de um planejamento que abarque as questões relacionadas à formação continuada de professores, alinhando estas formações às demandas educacionais que se apresentam imprescindíveis para a consolidação de uma educação democrática, emancipatória, cidadã e com equidade. As estratégias definidas neste planejamento devem priorizar as necessidades e peculiaridades

destes sujeitos e permitir que as suas vozes sejam escutadas e respeitadas. Assim, consideramos indispensável, o estudo sobre a formação de professores para a EJA, visto que nos últimos anos enfrentamos inúmeras dificuldades no sistema educacional, social, econômico e político brasileiro que reverberam no atendimento a esta modalidade de ensino. Desta forma, a proposta tem como intencionalidade a construção de uma linha histórica a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 até os dias atuais, apoiada em diversos autores, bem como os aportes legais. A problemática circunscreve-se em saber como se dá a formação dos professores e o processo de ensino e da recomposição da aprendizagem, a partir da CF de 1988 até a Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021? O estudo tem como propósito refletir sobre a formação docente inicial e continuada para a EJA tomando como referência documentos orientadores e autores referenciados. O contorno metodológico está baseado na pesquisa descritiva e explicativa, no que se refere a natureza da abordagem optamos pela qualitativa, e ressaltamos que as fontes contempladas são as bibliográficas, documentais e eletrônicas. Sublinhamos que as abordagens do referencial teórico apresentam contribuições para uma política educacional democrática, libertadora, emancipatória e com equidade. No que corresponde aos achados, fica perceptível a fragilidade da formação inicial e continuada, principalmente, após o período acentuado da pandemia da Covid 19, no que concerne a recomposição das aprendizagens dos sujeitos da EJA, bem como estratégias para o enfrentamento da evasão escolar. A partir dos autores(as) e documentos que discutem e dialogam com a temática, como: Andrade (2012), Arroyo (2005), Dourado (2022), Faria (2017), Freire (1987, 1992, 1996), Gatti (2016), Oliveira (2016), Schneider (2022) LDBEN nº 9.394/96, CF de 1988, compreendemos que a formação deve perpassar pelos saberes das experiências de vida, tanto dos educandos quanto dos educadores, consideramos que a experiência precisa ser contextualizada, atribuída de sentidos e significados para ser teorizada criticamente de maneira que sejam transformadas em saberes necessários para aferir qualidade à alfabetização da população de jovens e adultos.

Palavras-Chave: Sujeitos de direitos; Formação inicial e continuada; Recomposição de Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Borges. **O processo de formação continuada de profissionais da rede pública de ensino:** um estudo de caso da especialização PROEJA do IFMT. 2012. 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-50. 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo, Saraiva, 1990.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 mar. 2022.

DOURADO, L.F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hBsH9krxptsF3Fzc8vSLDzr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar.2022.

FARIA, Edite e MOSCOVITS, Aline. **O direito à educação escolar para os sujeitos do campo: tutela do estado ou construção social coletiva?** Revista Educação Perspectiva, Viçosa, MG, v.8, n. 3, p. 398-413, set./abr. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. IN: ANDRÉ. M. (org.) **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2016, p. 35-48.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; PAIVA, Jane; PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Currículo em EJA: práticas culturais, direito de aprender por toda vida e ecologia de saberes. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 42, p. 113-134, set./dez. 2016.

SCHNEIDER, M. P. Legado de Leda Scheibe à educação brasileira: contribuições no campo da formação de professores. **Revista Pedagógica, Chapecó**, v. 17, n. 36, p. 124-139, set./dez. 2015. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3153>: Acesso: 28 mar. 2022.